

Os indicadores de perda de potência da economia brasileira nos últimos dois meses de 2019 fizeram reverter as expectativas mais otimistas sobre o possível crescimento do PIB em 2020. Entretanto, com o cenário externo menos favorável e o fracasso das políticas ultraliberais conduzidas pelo ministro Paulo Guedes, cresce o número de analistas que projetam mais um ano de crescimento pífiio, o que significa dizer que o presidente Jair Bolsonaro poderá chegar às eleições municipais de outubro com péssimos resultados a apresentar. Diante dessas circunstâncias, não é de se estranhar o acirramento das tensões dentro da cúpula do governo, nem a crescente insatisfação com a política econômica de Paulo Guedes.



Mais um ano de crescimento pífiio

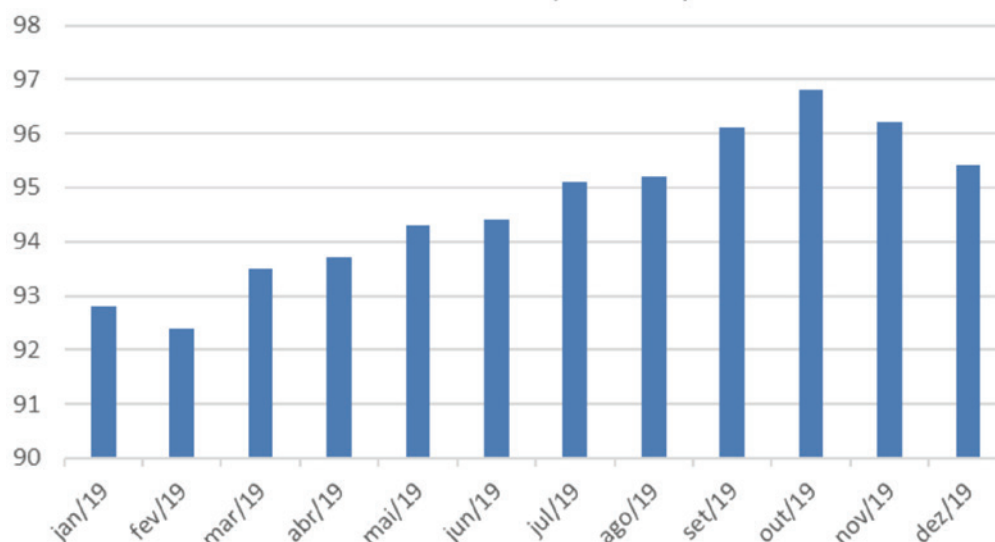
Nível de atividade

Desde o golpe de 2016, em todos os finais de ano os representantes do mercado financeiro - na imprensa e na política - se dedicam a vender entusiasmo para o ano seguinte, sempre apoiados no argumento de que, se concluído o ciclo de reformas, a economia brasileira dará início a uma recuperação mais vigorosa. Ao final de 2019 não foi diferente, aqueles mesmos que erraram nos três anos anteriores voltaram a trombetear que teríamos em 2020 um crescimento que poderia chegar aos 3%.

Contudo, na medida em que nas últimas semanas foram sendo divulgados os indicadores setoriais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os meses de novembro e dezembro, o ufanismo neoliberal baixou o tom, dando início à

temporada de revisão para baixo das projeções de crescimento do PIB - exatamente como fizeram nos três inícios de ano anteriores, porém, ainda sem qualquer autocrítica.

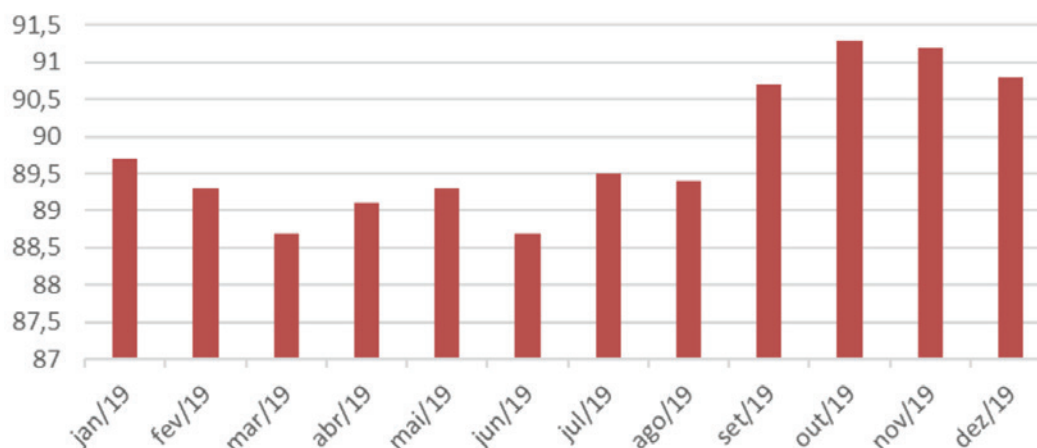
Os dados de 2019 divulgados pelas pesquisas mensais do IBGE revelam que a economia brasileira perdeu dinamismo no último trimestre do ano. O varejo ampliado (inclui o comércio de veículos e de materiais de construção), que tem sustentado a economia nos últimos três anos e que vinha apresentando uma trajetória regular de crescimento desde o início de 2019 (Gráfico 1), registrou forte inflexão a partir de outubro, surpreendendo a enorme maioria dos analistas que projetavam impactos positivos da injeção de recursos extraordinários no bolso da população de menor renda (FGTS, PIS/Pasep/13º do Bolsa Família).

Gráfico 1 - Evolução do varejo ampliado - Índice mensal (2014=100)

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração FPA.

Em movimento similar, também o volume de atividades do setor de serviços (Gráfico 2) perdeu potência nos dois últimos meses do ano. Embora viesse de uma trajetória menos positiva, os serviços pareciam acelerar a partir de agosto, mas estranhamente não conseguiram sustentar o ritmo de crescimento, justamente no período posterior à injeção daqueles recursos extraordinários. Como se trata do setor que responde por praticamente dois ter-

ços dos postos de trabalho do país, em boa medida essa anemia que se percebe na dinâmica das atividades dos serviços se reflete no mau momento do mercado de trabalho brasileiro, que a despeito de alguma melhora na margem, segue com uma taxa de desocupação muitíssimo elevada (11,2%) e uma subutilização da força de trabalho de 23,2% (Pnad Contínua/fevereiro de 2020).

Gráfico 2 - Evolução das atividades de serviços - Índice mensal (2014=100)

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal dos Serviços. Elaboração FPA

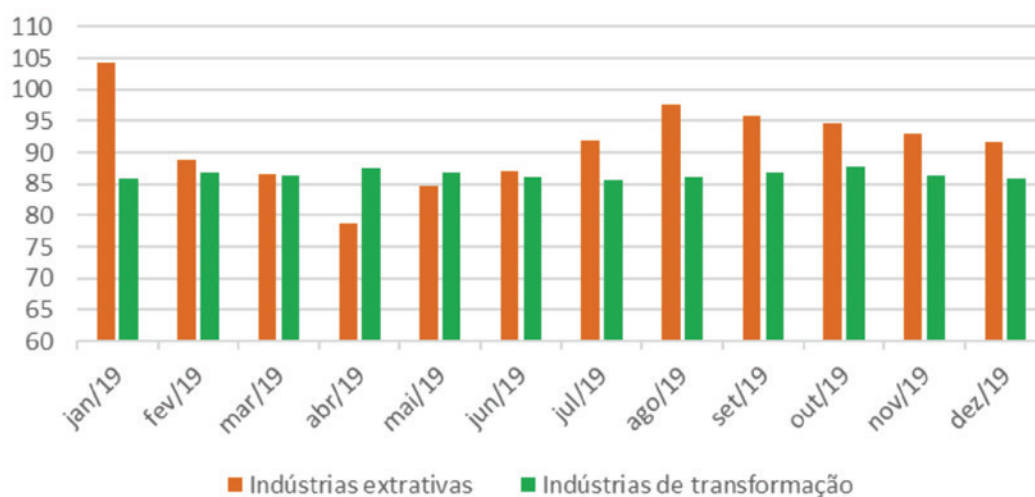
Por seu turno, a produção industrial brasileira se manteve em tendência contracionista, principalmente por conta da queda observada na indústria extrativa (fortemente relacionada ao rompimento

da barragem de Brumadinho-MG), mas também em decorrência da persistente estagnação da produção manufatureira em geral (ver Gráfico 3).

E esse é, certamente, o fato mais grave revelado pelos indicadores setoriais do IBGE. O setor industrial brasileiro, especialmente o manufatureiro, segue deprimido, quinze pontos percentuais abaixo do que havia sido registrado em 2012. Esse quadro revela que a lenta recuperação da economia brasileira observada nos últimos três anos não apenas é pouco intensa como é frágil e de baixa qualidade.

Isto é, está assentada nos setores menos estratégicos da produção nacional (comércio, serviços, agricultura e indústria extrativa), os quais têm menor intensidade tecnológica, geram menor valor adicionado, mobilizam ocupações de menores remunerações e cujo efeito multiplicador é mais curto, portanto, insuficiente para induzir a um crescimento mais prolongado da economia.

Gráfico 3 - Evolução produção industrial - Índice mensal (2012=100)



Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal. Elaboração FPA

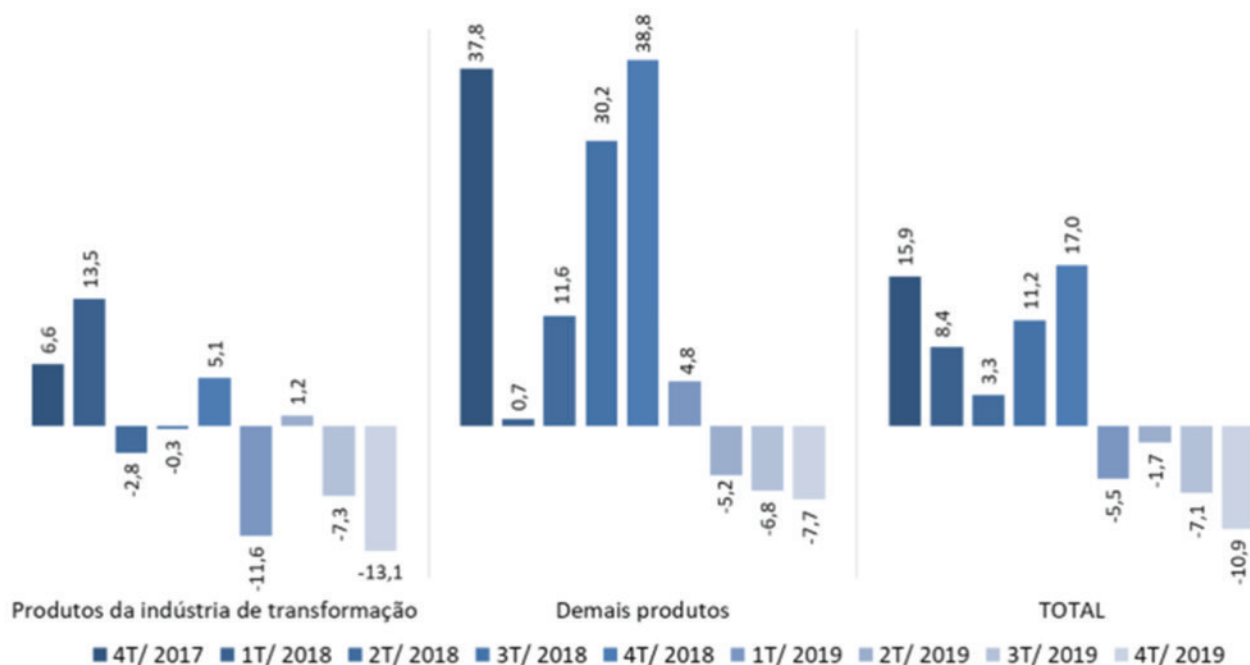
Comércio Exterior

Conforme já vínhamos assinalando nos boletins anteriores, o comércio exterior brasileiro vem se deteriorando desde 2017, com o saldo comercial contraindo-se cerca de 19 bilhões de dólares nos dois últimos anos (caindo de 67 bilhões de dólares em 2017 para 48 bilhões em 2019), seja em decorrência da perda de dinamismo de nossas exportações, seja por conta da expansão das importações.

Contudo, para além do resultado agregado do saldo comercial, outros aspectos menos evidentes de nosso comércio exterior são ainda mais preocupantes. Em primeiro lugar, como tem alertado frequentemente o Instituto de Estudos para o De-

envolvimento Industrial (Iedi), as exportações brasileiras de produtos manufaturados têm se contraído de forma mais intensa do que a que se observa nos demais produtos de nossa pauta exportadora (veja Gráfico 4). Ou seja, em certa medida, aquela fragilidade de nossa produção industrial indicada na seção anterior resulta da maior dificuldade que temos enfrentado para exportar bens manufaturados. Como se pode notar no Gráfico 4, desde o segundo trimestre de 2018 as exportações brasileiras de manufaturas vêm registrando retração no comparativo com o mesmo trimestre do ano anterior (exceto no quarto trimestre de 2018), em trajetória que aponta tendência cadente preocupante.

Gráfico 4: Evolução das exportações brasileiras no período recente
(Variação % em relação ao mesmo trimestre do ano anterior)

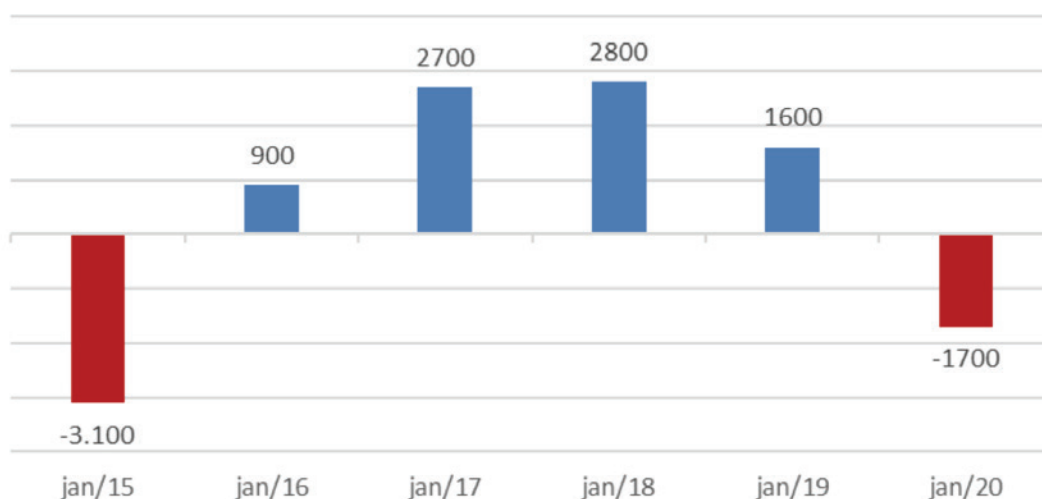


Fonte: Secex. Elaboração IEDI

Com a passagem de 2019 para 2020, contudo, a despeito da desvalorização do dólar vir se intensificando desde meados do ano passado, o saldo comercial brasileiro deteriorou-se ainda mais, como

revelam os números do Gráfico 5, onde se compara o desempenho exportador brasileiro no mês de janeiro dos últimos anos.

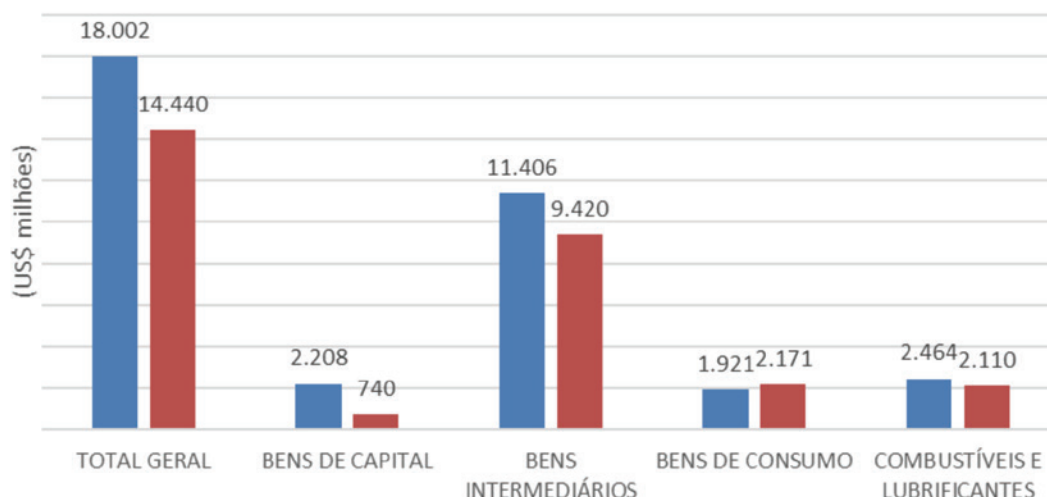
Gráfico 5 - Balança Comercial (Janeiro - em US\$ milhões)



Fonte: Secex/ Ministério da Economia. Elaboração FPA

Tal como fica evidente no Gráfico 5, depois de quatro anos de superávits comerciais positivos no primeiro mês dos respectivos anos, em 2020 foi registrado um déficit acentuado em janeiro, o qual alcançou 1,7 bi-

lhão de dólares, notadamente provocado pela queda do valor total das exportações brasileiras de bens de capital e de bens intermediários (veja Gráfico 6).

Gráfico 6 - Exportação no mês de janeiro (2019 x 2020)

Fonte: Secex/ Ministério da Economia. Elaboração FPA

Para além desse período, considerando-se já os resultados parciais do comércio exterior até a terceira semana de fevereiro, aquela queda de janeiro foi em parte compensada por um saldo positivo de aproximadamente 1,1 bilhão de dólares. Entretanto, apesar da melhora em relação ao péssimo desempenho de janeiro, o saldo médio diário das operações de comércio exterior em fevereiro de 2020 ainda é 52,7% inferior ao saldo médio diário de fevereiro do ano passado, um indicativo tão preocupante quanto o déficit comercial de janeiro.

É sobre esse contexto já por si só bastante negativo que se deve adicionar os problemas decorrentes dos impactos econômicos da epidemia de corona vírus. A desaceleração do comércio mundial que já era esperada para 2020 pode vir a se transformar em recessão e com isso deprimir ainda mais um dos poucos componentes da demanda agregada brasileira que ainda produziam efeitos positivos sobre o crescimento do PIB. Por isso, não só a balança comercial deve fechar 2020 com um saldo significativamente menor, como o nível de atividade dos diferentes setores da economia brasileira devem ser negativamente afetados, em prejuízo da produção nacional.

Inflação e política monetária

Após o choque de oferta registrado no setor de proteína animal que provocou um repique inflacionário nos últimos meses de 2019, neste início de 2020 a

inflação brasileira voltou a cair e, de acordo com a mais recente apuração do IBGE, o IPCA-15 registrou uma inflação mensal de apenas 0,22% em fevereiro, o menor patamar desse indicador desde 1994.

Com isso, a mediana das estimativas dos analistas de mercado captadas pelo Relatório Focus do Banco Central indica que a inflação anual em 2020 deve ficar próxima de 3,2%, a qual seria acompanhada por uma taxa de juros básica de 4,25%. Contudo, por conta do referido agravamento do cenário externo e seus possíveis impactos depressoires sobre a atividade econômica doméstica, já se começa a falar que o Banco Central poderá voltar a reduzir a meta da taxa Selic nos próximos meses.

Deve-se assinalar, por outro lado, que embora a inflação brasileira venha se mantendo em patamar bastante baixo para os padrões históricos do país, em boa medida esse quadro está associado ao pulso fraco da economia, que segue abaixo dos níveis de 2014. Com elevada capacidade ociosa no setor industrial, doze milhões de brasileiros desempregados e outros 26 milhões subocupados, não se deve estranhar que os níveis de preços permaneçam comportados, mesmo frente a choques de oferta ou de aumento dos custos dos bens e serviços importados provocados pela desvalorização do real.

Contas Públicas e Política Fiscal

Embora o ministro Paulo Guedes e o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, tenham come-

morado com frequência exagerada os resultados das contas públicas federais de 2019, o último relatório do insuspeito Instituto Fiscal Independente do Senado Federal (IFI, fevereiro de 2020) revela que, desde a aprovação do teto de gastos em 2016, a melhora fiscal tem se dado fundamentalmente por conta de receitas extraordinárias ou por redução das despesas discricionárias. Ou seja, não há efetivamente nenhuma mudança estrutural no aparato fiscal e, além disso, em última instância o relativo alívio resulta, por um lado, de novas rodadas de Refis e da liquidação espúria do patrimônio público - notadamente das reservas do pré-sal - e, por outro lado, do corte de investimentos que deprimem não só a oferta de bens e serviços públicos, como retiram potência da demanda agregada, dificultando a recuperação econômica.

A despeito desse renitente equívoco da política fiscal praticada nos últimos anos, tudo indica que o governo

Bolsonaro deverá seguir batendo na mesma tecla, agora dedicando-se especialmente a aprovação da chamada PEC Emergencial, a qual autorizaria os três níveis de governo a realizarem cortes de salários do funcionalismo público em até 25%, desde que acompanhados de proporcional redução das jornadas de trabalho.

Pelo conjunto da obra, o que fica cada vez mais evidente é que a economia brasileira vem perdendo capacidade de tracionar o investimento autônomo e, conseqüentemente o crescimento sustentável, mesmo com a queda importante das taxas de juros ou com as esporádicas medidas de estímulo à demanda agregada. O ultraliberalismo que fomentou o golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff impôs um conjunto de transformações estruturais ao país, que instituiu um metabolismo disfuncional da economia brasileira, desarticulando o setor estatal e com isso estreitando as possibilidades de expansão do setor privado.